

A história africana nos cursos de formação de professores. Panorama, perspectivas e experiências*

Anderson Ribeiro Oliva**

RESUMO

Vivenciamos nos últimos anos um importante debate acerca do ensino da História da África. Acadêmicos, professores, alunos e intelectuais participaram, em vários espaços, de experiências bem-sucedidas. Também é clara a tendência de que o reconhecimento das inestimáveis participações dos africanos na formação do patrimônio histórico e cultural da humanidade e da sociedade brasileira passe por uma expansão nos diversos segmentos da educação. Porém, apesar dos dados favoráveis, ao realizarmos um balanço das medidas que já deveriam ter sido amplamente concretizadas para possibilitar a qualificação de professores em estudos africanos, percebemos que muito ainda está por ser feito. Entre as iniciativas existentes, algumas deveriam ser reforçadas: o aumento das pesquisas sobre a história da África; o incentivo às novas publicações e traduções; a introdução de disciplinas específicas nas licenciaturas; a oferta de cursos de pós-graduação; e a modificação dos livros didáticos. No entanto, esses esforços dependem da formação de pessoal qualificado, tanto dos professores (doutores e mestres) que atuam no Ensino Superior, como dos que exercem a docência nos Ensinos Fundamental e Médio. A partir dessa conjuntura, o presente artigo procurou construir um panorama do atual estágio do ensino da história africana nos cursos de Licenciatura em História, além de apresentar uma experiência vivenciada

* Essa investigação recebeu apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Capes.

** Doutorando em História Social pela Universidade de Brasília-UnB, Professor de História da África da UPIS-DF. É autor de “A África, o imaginário Ocidental e os livros didáticos” (In Pantoja, Selma & Rocha, Maria José (orgs.). *Rompendo silêncios: História da África nos currículos da educação básica*. Brasília, DP Comunicações, 2004). E-mail: oliva@unb.br

com alunos de graduação. Dessa forma, pensamos contribuir duplamente, para a visualização dos problemas e para a construção de soluções.

Palavras-chave: África; História africana; Ensino da História da África; Cursos de Formação de Professores.

* * *

ABSTRACT

History of Africa in the courses of formation of teachers. Panorama, perspectives and experiences

Academics, teachers, students and intellectuals participate, in some spaces, of well-succeeded experiences concerning the education of History of Africa. The recognition of the inestimable participation of the Africans in the formation of the historic and cultural patrimony of the humanity and of the Brazilian society passes for an expansion in many segments of the education. For the qualification of teachers in African studies, some initiatives would have to be strengthened: to increase the research on History of Africa; to incentive new publications and translations; to introduce specific disciplines in bachelor degree; to increase post-graduation courses; and to make changes in the textbooks. The present article tries to construct a panorama of the current stage of the teach of History of Africa in bachelor degrees in History, presenting an experience lived deeply with graduation students. Therefore, the author thinks to contribute doubly for the visualization of the problems and the construction of solutions.

Keyword: Africa; African History; teach of History of Africa; courses of formation of teachers.

* * *

RÉSUMÉ

L'histoire africaine dans les cours de formation de professeurs. Panorama, perspectives et expériences

Universitaires, professeurs, étudiants et intellectuels participent, dans plusieurs espaces, d'expériences réussies relatives à l'enseignement de l'Histoire de l'Afrique. La reconnaissance des inestimables participations des africains à la formation des patrimoines historiques et culturels de l'humanité et de la société brésilienne, passe par une expansion dans les divers segments de l'éducation. Pour la qualification de professeurs em études africaines,

plusieurs initiatives devraient être renforcées: augmentation des recherches sur l'Histoire de l'Afrique; aides à de nouvelles publications et traductions, introduction de disciplines spécifiques dans les programmes de Licences, offre de cours de spécialisation, et modification des livres didactiques. Cet article a cherché à construire un panorama de l'actuel stage de l'enseignement de l'Histoire africaine dans les cours de Licence en Histoire, en plus de présenter une expérience vécue avec des élèves en faculté. De cette manière l'auteur pense contribuer doublement : à l'éclairage des problèmes et à la construction de solutions.

Mots-clés: Afrique, Histoire africaine, enseignement de l'Histoire de l'Afrique, cours de formation de professeurs.

Recebido em: 30/4/2006

Aprovado em: 5/5/2006



Por que estudar a História da África?

Há algum tempo vivenciei uma experiência inquietante enquanto caminhava pelos corredores da Instituição na qual leciono História da África. Fui interpelado por um pequeno grupo de estudantes do curso de História que desejava esclarecer algumas questões. Seus apontamentos me fizeram refletir acerca das estratégias utilizadas para chamar a atenção dos futuros docentes sobre a importância da história africana, seja para a compreensão da trajetória histórica da humanidade, seja pelo seu fundamental papel no ensino da História. A primeira questão levantada foi mais ou menos a seguinte: “Professor, desculpe pela franqueza. Se existem temas de grande importância sobre a história Brasil ou sobre o mundo contemporâneo que poderíamos conceder maior atenção, por que dedicar tanto tempo para esse assunto. Por que estudar a História da África?”.

Recordo-me que durante o primeiro encontro com a turma alertei para a oportunidade que teriam naquele semestre de questionar uma série de informações e referências equivocadas que carregavam acerca da África e dos africanos, além, é claro, de tornarem mais densos seus conhecimentos da trajetória histórica daquele continente. Por isso, encontrar palavras para responder-lhes representou um duplo esforço.

O primeiro foi o de não esmorecer na tarefa do convencimento. Acredito que a cada dia dezenas de professores experimentem isso. Lembrar o que está esquecido, alertar para nossas insensibilidades, afirmar a necessidade de valorizarmos nossa ancestralidade africana. O segundo era lembrar que, se os alunos, em seus cursos de formação, não tiverem a oportunidade de conhecer a história, a geografia, as literaturas, as artes ou as filosofias africanas, não será possível combatermos as imprecisões e incapacidades de nossos olhares sobre os africanos e sobre nós mesmos.

Para atender ao apelo de esclarecimento daqueles futuros docentes iniciei minha resposta articulando alguns dados e reflexões sobre a inestimável e múltipla participação dos africanos na elaboração da sociedade brasileira. Lembrei-lhes também da urgência do combate ao racismo e práticas discriminatórias, não só aqui dentro, mas também àquelas que sofrem diariamente milhares de africanos e afro-descendentes espalhados pelo mundo.

Feito isso, esforcei-me então por convencê-los dos motivos que justificariam a importância da introdução, nos cursos de Licenciatura, de disciplinas que versassem sobre a África. Concentrei-me em dois pontos. Um seria de ordem legal/jurídica, já que, com a publicação dos PCNs, e, posteriormente, da lei 10.639/03, o ensino da história da África nas escolas se tornou obrigatório. E (isso é óbvio!) se temos que ensinar, temos que saber como fazê-lo. O outro motivo, talvez o mais importante de todos, seria de caráter formativo/intelectual. A África possui tantas escolas de pensadores, artistas, escultores, intelectuais e tantas contribuições para o entendimento da construção do patrimônio histórico/cultural da humanidade que é inadmissível simplesmente não estudá-la.

Até então meus argumentos pareciam ser bem aceitos. Porém, outros pontos levantados pelos estudantes serviram de incentivo para elaboração do presente artigo. Alguns jovens partiram de uma correta constatação e me solicitaram um esclarecimento. Segundo eles nenhuma outra Faculdade em Brasília (em meados de 2004) oferecia na grade curricular de disciplinas obrigatórias o curso de História da África. Nessas outras instituições, a disciplina – quando existia – era optativa, ficando sua oferta a critério, disponibilidade e interesse dos docentes. Diante desse quadro, eles perguntaram: “Em que estágio se encontrava a abordagem da África nos cursos de História espalhados pelo Brasil? E de que forma os futuros mestres iriam cumprir a legislação se não apreendessem nada sobre a temática em suas formações acadêmicas?”.

Para estas questões pedi que me concedessem mais algum tempo para respondê-los. Até porque eu precisaria aprofundar uma pesquisa que estava apenas no início e que, sem dados mais concretos, seria apenas a divulgação de meias verdades. Dessa forma, buscando um espaço mais adequado para elucidar aos jovens estudantes (alguns, hoje, já professores) e, ao mesmo tempo, auxiliar o esforço de dezenas de pesquisadores, educadores, técnicos e militantes que defendem a necessidade de abordarmos adequadamente a história da África em nossas escolas, elaboramos o presente texto. Pelo menos seus objetivos convergem nessa direção.

Para deixar mais claro nosso diálogo mental informamos que as nossas intenções com o artigo foram as seguintes: realizar um balanço geral da atual situação do ensino da História da África nos cursos que formam professores de História; apontar para algumas perspectivas e iniciativas que visem minimizar os problemas encontrados (nada de inédito!) e elogiar as soluções em curso; e, por fim, relatar uma das experiências vivenciadas em sala de aula com alunos de graduação e pós-graduação, envolvendo a utilização de recursos cartográficos e apontamentos conceituais. Dessa forma, pensamos contribuir duplamente, para a visualização dos problemas e para a construção de soluções.

Um olhar panorâmico: a África nos cursos de formação de professores de História

Podemos afirmar, sem maiores temores, que um dos principais problemas que atingem o enfoque da história africana nas salas de aula é a formação “inadequada” dos professores que atuam nos Ensinos Fundamental e Médio. Em algumas conversas que mantive com docentes de escolas públicas e privadas constatei que, muitos deles, não abordavam o assunto em sala justamente por não terem sido apresentados à temática anteriormente.¹ O acesso não orientado aos estudos publicados sobre a História da África (nem sempre de boa qualidade) e a insegurança para montar suas aulas eram conseqüências diretas dessa falha. Outros professores, diante da impossibilidade de ministrar todos os tópicos dos programas, consideravam o tema de menor importância, deixando de lado os capítulos sobre a África presentes nos livros didáticos (quando estes existiam é claro).² Também não podemos deixar de mencionar as reconfortantes exceções, com algumas excelentes iniciativas individuais. Mas fiquemos, inicialmente, com os problemas, já que gostamos tanto deles.

O argumento utilizado pelos professores, de que não podiam ensinar o que não aprenderam, nos parece bastante razoável e justo, mesmo que não justifique um imobilismo absoluto. Segundo as informações disponibilizadas pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) participaram do último Exame Nacional de Cursos (ENC), realizado em 2003, 211 Cursos de História.³ Desses, 68 – ou seja, 32% – ofertavam a disciplina História da África, sendo que a maioria passou a fazê-lo nos últimos cinco anos, e, muitas vezes, apenas no conjunto de disciplinas optativas.⁴

Em relação a este último ponto, mesmo com uma quantidade tão pequena de instituições ofertando a disciplina, acreditamos que um avanço significativo esteja ocorrendo. Para isso basta pensarmos nos dados referentes ao período correspondente as décadas anteriores a 1990. Salvo algumas poucas experiências, como, por exemplo, na Universidade de Brasília (UnB),⁵ a África, recebia diminuta atenção nos Cursos de História. Resta saber, no entanto, se essas disciplinas concedem um tratamento adequado à temática.

E antes que avancemos, apenas para contextualizar a questão anterior, é importante lembrar que nas provas aplicadas pelo Ministério da Educação/INEP para avaliar os estudantes formados pelos cursos de História, tanto em 2002, como em 2003, nenhuma questão fazia referência à História da África. Já no recém criado Exame Nacional do Desempenho dos Alunos (ENAD), a prova de 2005 dedicava uma das quarenta questões à ação colonial européia em África, e não à História da África propriamente dita. Talvez esse esquecimento seja um reflexo dos dados descritos pela Tabela 1.

Tabela 1

Cursos de História Avaliados pelo ENC, 2003

Cursos que não possuíam a disciplina História da África	143	68%
Cursos que possuíam a disciplina História da África	68	32%
Total	211	100%

Fonte: Cursos avaliados pelo ENC/2003, site do INEP, www.inep.gov.br. Sobre a existência ou não da disciplina, levantamento realizado a partir das grandes horas disponibilizadas pelas Instituições em seu sites na internet).

Tal quadro pode ser comprovado pelos resultados de uma investigação elaborada por um grupo de pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e da Casa das Áfricas – entre eles Denise Dias Barros, Acácio Almeida e Talita Vecchia. A pesquisa realizou (ou realiza ainda) um levantamento sobre as Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado formuladas nas universidades brasileiras sobre temáticas africanas nos últimos quarenta anos.⁶ Considerando as mais diversas áreas de conhecimento ligadas às Ciências Sociais e Humanas (Antropologia, Sociologia, História, Literatura, Economia), os trabalhos acadêmicos não chegavam a três centenas. As teses e dissertações em História correspondem a menos de um quinto do total. Levando em consideração o período enfocado pela pesquisa podemos dizer que são números um tanto “magros”. A princípio, com uma quantidade tão reduzida de investigações, é natural sabermos que nas “Graduações” não encontrásemos pessoal qualificado e interessado em ministrar disciplinas com temáticas africanas, contando com raras divergências.

Mas, diante dessa paisagem pessimista uma outra realidade é estimulante. Nos números levantados pela pesquisa citada houve um aumento significativo das abordagens sobre o continente africano da década de noventa em diante (Almeida & Barros, 2004:42). E, percorrendo alguns Congressos ou Programas de Pós-Graduação, é fácil perceber o crescimento do número de mestrandos e doutorandos desenvolvendo pesquisas com o foco principal em África.⁷ De forma seqüencial, talvez como resultado de uma demanda criada pela já citada lei 10.639/03, várias Universidades vêm realizando concursos para a contratação de professores de História da África.

Na USP, por exemplo, foram três seleções nos últimos anos. Concursos também ocorreram na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), na Universidade Federal do Acre (UFA), na Universidade Rural Federal de Pernambuco, na Universidade Federal Fluminense (UFF), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e na Universidade de Taubaté. Também já tínhamos especialistas espalhados por outras Instituições, como na UnB, na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), na Universidade Cândido Mendes (UCAM), na Universidade Federal da Bahia (UFBA), na Universidade Federal de Sergipe (UFS), na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e na Universidade Federal do Ceará (UFC), entre outras. Acompanhando esse movimento várias faculdades privadas têm se esforçado para incluir

em seus currículos a disciplina. Esses gestos permitirão que uma nova geração de professores venha a se interessar pelas pesquisas em História da África. Os próximos anos serão estimulantes e promissores.

Outro aspecto que nos parece evidente é que, em meio a esse ciclo de crescimento, os incentivos às investigações sobre a África, desenvolvidas nos centros de pós-graduação em História, também devam aumentar. Os órgãos de fomento à pesquisa – como a CAPES, o CNPq, a FAPESP e a FAPERJ, entre outros – precisam estimular a montagem e conceder apoio financeiro às linhas de pesquisa e aos projetos envolvendo temáticas africanas.⁸ Da mesma forma devem ampliar a concessão de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado aos estudantes e professores que se dediquem a investigar o continente africano. Isso tem ocorrido com certa regularidade, pelo menos no que diz respeito à concessão de Bolsas para pesquisas desenvolvidas aqui dentro ou em países que mantêm acervos importantes sobre a História da África. Mesmo assim, todos devem estar atentos às condições de pesquisa em solo africano, desde a questão infra-estrutural até o acesso aos arquivos e bases de fontes. Em um artigo esclarecedor, o historiador Marcelo Bittencourt alertou para essas contingências, sem, no entanto, deixar de estimular e apontar para a urgência de tais investigações (Bittencourt, 2004).

Não podemos deixar de acreditar que entramos em uma fase nova com relação ao papel ocupado pela África em nossas universidades e escolas. No final de 2005, como reflexo desses tempos promissores, foi estruturada a primeira Pós-Graduação (mestrado e doutorado) com linha temática totalmente voltada para a especialização em estudos africanos. É o Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos, da UFBA.⁹ Se não dedicávamos, até pouco tempo atrás, a atenção merecida pelos Estudos Africanos, aos poucos esse quadro começa a se inverter. Se pensarmos que a presença de mais doutores em História da África nas universidades significa a possibilidade de que novos graduandos, mestres e doutores possam se especializar na área, devemos estimular iniciativas como essa. Só assim, será possível que, daqui a alguns anos, contemos com um número significativamente maior de professores qualificados para abordar com seus alunos a história africana.

Realidade paralela à vivenciada por pequena parcela dos futuros docentes – que encontram em seus cursos de formação disciplinas voltadas ao estudo do continente africano – enfrenta boa parte dos professores já formados. Se em suas graduações eles não tiveram contato com a temática,

é preciso que o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação e as Universidades/Faculdades se esforcem para oferecer cursos de Extensão, Capacitação ou Especialização em História da África. A possibilidade de que essas instâncias firmem convênios é de grande teor positivo. Algumas experiências já ocorreram, e, quase todas, foram bem-sucedidas.

Os cursos de Extensão e Capacitação, por serem mais curtos e envolverem menos gastos, já aparecem tanto na versão presencial – sendo os casos vivenciados pela Universidade de Brasília, pela Universidade de São Paulo, pelo Centro Universitário de Campo Grande e pela PUC de Campinas – como na versão à distância – podendo-se citar as experiências fomentadas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e pela ONG Ágere Cooperação em Advocacy, em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad-MEC).¹⁰

No caso dos cursos de Especialização, encontramos iniciativas que chegam próximo de uma década de existência. É a situação do curso oferecido pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Candido Mendes, no Rio de Janeiro. Nos últimos dois anos a UnB, a PUC-Minas e a Universidade Federal de Tocantins também anunciaram o lançamento de suas primeiras turmas. Porém, é preciso que na própria estrutura desses cursos fique clara a diferença e a especificidade de se estudar a História da África, não a resumindo à história do tráfico de escravos ou da escravidão no Brasil. A história e as historiografias africanas merecem atenção particularizada.

Um elemento que não pode ser esquecido, na realização e divulgação das investigações sobre a História da África, são os núcleos de pesquisa ligados às universidades. Muitos Neabs (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros) têm apoiado estudos sobre temas ligados à escravidão atlântica ou sobre a África, propriamente dita. Mas, os núcleos que optaram por se especializar em África parecem ter um destaque maior nessa tarefa. Possuem papel de relevo os seguintes locais: o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), da Universidade Federal da Bahia, fundado em 1959; o Centro de Estudos Africanos, da USP, criado em 1965; e o Centro de Estudos Afro-Asiáticos, da Universidade Candido Mendes (UCAM), aberto em 1973. Esses três núcleos possuem revistas – *Afro-Ásia*, *África e Estudos Afro-Asiáticos*, respectivamente – que há três décadas representam um valioso espaço de publicação para as pesquisas elaboradas por seus membros ou pesquisadores colaboradores. Nessa mesma linha outros núcleos devem ser articulados.

Outro fator central para o aumento do interesse e do acesso às pesquisas realizadas sobre a história da África seria a abertura de linhas de publicação acerca de temáticas africanas por parte das editoras. Nos últimos anos foram lançados no país alguns dos estudos mais importantes na área da escravidão africana, do tráfico de escravos e da formação de um Atlântico Negro, escritos respectivamente por John Thornton (2003), Paul Lovejoy (2002) e Paul Gilroy (2001). Porém, não podemos esquecer que, em boa parte dos casos, apesar de serem edições revisadas e ampliadas pelos seus autores, o corpo maior de seus capítulos refere-se à divulgação das investigações realizadas até o início dos anos 1990. Os novos estudos também merecem atenção, até para que nossos docentes não fiquem desatualizados em relação às pesquisas realizadas no exterior.

Fora os trabalhos considerados de grande relevância em meio aos estudos africanistas (elaborados por pesquisadores não-africanos) seria preciso também atentar para as publicações de autores africanos, sejam eles historiadores, antropólogos, sociólogos ou filósofos. Neste caso, para além dos capítulos publicados na série *História Geral da África*, existem raros textos editados no Brasil, como o excelente trabalho do filósofo anglo-ganense Kwame Appiah (1997). Nem livros que marcaram gerações de estudantes na Europa ou na África, como os clássicos dois volumes da *História da África Negra*, de Joseph Ki-Zerbo (1982), foram traduzidos e publicados por aqui.

Neste sentido, existem algumas obras que deveriam circular com facilidade em nosso mercado editorial. Sem desmerecer ao imenso grupo de pensadores que deveríamos lembrar podemos citar o nome de alguns autores. São eles: Cheikh Anta Diop (1987), considerado um dos principais intelectuais africanos da segunda metade do século XX, e que possui uma vasta e indispensável produção; o filósofo Valentim Mudimbe (1988), elaborador de um extenso e fecundo grupo de estudos acerca do pensamento africano; e o historiador Elikia M'Bokolo (2003), que lançou na França dois renovados livros acerca da história geral da África, e que servem como bons manuais para o Ensino Superior.

Com relação à produção nacional o quadro é um pouco melhor, mas ainda não é satisfatório. Mesmo assim, além das renomadas obras de Alberto da Costa e Silva (1996, 2002, 2003 e 2004), vários trabalhos, frutos de dissertações de mestrado ou teses de doutorado, têm sido publicados por interesses das editoras ou pelos esforços dos próprios autores (Pantoja, 2000; Borges, 2001 e Hernandez, 2002). Além disso, alguns

pesquisadores têm organizado obras de múltiplos autores, em um esforço de divulgar pesquisas temáticas ou de abordagem geral (Pantoja, 2001 e Pantoja e Saraiva, 1999).

Já no que diz respeito ao cotidiano dos professores de Ensino Fundamental e do Ensino Médio, além das iniciativas relacionadas acima, acreditamos que uma das maiores preocupações esteja associada à produção e à revisão dos livros didáticos de História. Partindo do princípio que estes materiais são concebidos para auxiliar a atividade docente e servir como fonte de leitura para os alunos, nos parece evidente que, em relação ao tratamento da África, é preciso realizar uma ampla remodelação de suas abordagens.

Das quase quarenta coleções de História utilizadas no Ensino Fundamental, entre 1995 e 2005, apenas onze incluíram em seus volumes capítulos que tratassem especificamente da história africana (Oliva, 2003 e 2004a). É necessário lembrar que, se compararmos a atual configuração dos manuais com o quadro encontrando há dez anos, houve uma mudança importante, já que até 1995, a África, aparecia como um apêndice da história europeia ou do Brasil. A inclusão de capítulos que verssem sobre a história africana, mesmo com limitações, pode ser entendida como uma salutar postura.

Da mesma forma, a elaboração de livros paradidáticos sobre temáticas africanas é outro ponto de grande importância. Alguns já foram editados – sendo traduzidos de autores estrangeiros ou escritos por brasileiros –, e são de boa qualidade. Mas, apesar dos esforços, eles não contemplam a multiplicidade de enfoques e a riqueza de perspectivas que a História da África possibilita (Araújo, 2003; Boulos, 2002; Canepa, 2004; D’Amorim, 1998; Haggard, 2003 e Izabebo, 1997). E, em muitos casos, apesar dos títulos sugestivos, o enredo dos livros se concentra mais na história do tráfico de escravos e na escravidão no Brasil. Acreditamos, no entanto, que a leitura crítica desses materiais deveria ser realizada pelos próprios professores e alunos em sala de aula. Em estudos conjuntos poderiam apontar seus aspectos positivos e negativos e, quem sabe, também juntos, poderiam elaborar pesquisas e reformular os textos utilizados. Tudo, novamente, depende da formação adequada desses professores.

Realizado esse breve (e um pouco lacunoso) olhar panorâmico, me concedam licença para descrever uma das várias experiências vivenciadas

em minhas turmas de História da África. Ela serve como um exemplo a ser melhorado e uma referência possível de aplicação em aulas de introdução à temática.

O uso de mapas e o debate conceitual para uma aula de Introdução aos Estudos Africanos

Por tudo que foi “dito” é fácil deduzir que existe uma distância oceânica entre nossos alunos e a África, e, obviamente, não fazemos referência ao concreto Oceano Atlântico que nos conecta àquele continente. Para minimizar essa invisibilidade, que muitas vezes se transforma em uma visão opaca e falsificada, precisamos fornecer aos olhares dos estudantes referências imagéticas e conceituais adequadas sobre os vários universos africanos.

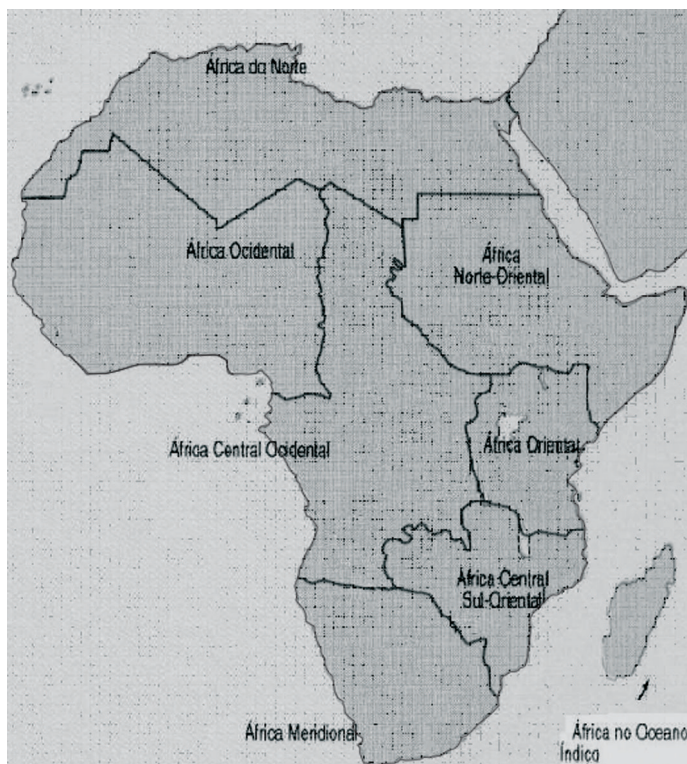
Se, nos últimos séculos, o Ocidente foi pródigo em elaborar imaginários preconceituosos em relação à África, é necessário inverter esse jogo de representações (Horta, 1991 e 1995, Henriques, 2003 e Stenou, 1998). Nesse sentido acreditamos que, entre outros recursos, o uso de imagens que representem aos africanos e as suas realidades desvinculados da escravidão, do sentido do exótico, da miséria, das doenças, da fome e dos conflitos é de grande valor elucidativo. Atenção! Não negamos a existência desses elementos. Eles marcam indiscutivelmente algumas das faces do continente. Mas é um absurdo reduzir a história da África e das suas sociedades a essas realidades. Elas estão lá, mas não sintetizam a África e nem são exclusividades suas. Esse conjunto de idéias, somado aos silêncios encontrados em nossos percursos escolares, em nada têm contribuído no esforço de combater o preconceito e o racismo dirigidos ao continente africano, às suas populações e aos conjuntos populacionais e culturais afro-descendentes.

Dando continuidade a esse raciocínio poderíamos afirmar que entre as centenas de alunos absorvidos anualmente por nossos Cursos de Licenciatura apenas um número muito reduzido (pelo menos assim acreditamos) carrega um outro conjunto de referências acerca da África, que não o relatado acima. Precisamos, portanto, evitar a manutenção das leituras generalizantes, simplistas e discriminatórias, além de trabalhar com uma perspectiva que permita transformar o papel comumente delegado à África na trajetória histórica da humanidade.

O exercício aqui reproduzido segue nessa direção. Destacamos dois mapas que nos permitem abordar, em uma aula de Introdução aos Estu-

dos Africanos, dois pontos chaves para a compreensão das experiências históricas em África: 1) as diversidades e especificidades que recobrem o continente; 2) o uso de nomenclaturas, conceitos e categorias comuns à historiografia ocidental que são empregados com frequência pela historiografia africana. Apesar dos comentários elaborados estarem relacionados com cada mapa apresentado, esperamos que ao final do exercício a percepção de uma atividade integrada se concretize. Para àqueles que percorrerem as próximas páginas lembramos que críticas e novas sugestões são bem vindas.

As múltiplas Áfricas. Diversidades regionais e singularidades históricas



Mapa 1 – A África por regiões.
(In *Grandes Impérios e Civilizações*, 1995, com adaptações).

Acredito que inicialmente é preciso que chamemos a atenção de nossos estudantes para a abordagem da África como um universo de

múltiplas configurações sociais, políticas, econômicas e culturais, e que, apesar de guardarem elementos em comum, são recortes singularizados pelas suas complexidades. Tenho consciência de que alguns historiadores aqui no Brasil irão discordar desse enfoque. Isso é bom, assim novas propostas surgirão. Porém, em minha preocupação didático-científica, optei por utilizar a perspectiva de dividir a África por regiões, como outros autores já o fizeram.

No mapa 1, que demos o nome de a “África por regiões”, revela-se uma das várias possibilidades de criarmos referências – geográficas, populacionais, históricas, culturais e lingüísticas – para a divisão do continente em áreas.

Em cada um dos espaços destacados¹¹ podemos encontrar uma série de aspectos comuns, vários elementos ligados as suas diversidades internas, além de indicativos de como suas relações com outras regiões foram elaboradas. Mesmo que essas divisões incorram em algumas imprecisões e simplificações,¹² já que as fronteiras estabelecidas não condizem com uma realidade facilmente identificável, elas são valiosas por dois motivos.

Em primeiro lugar elas possibilitam enfatizar as múltiplas faces da África. Migrações, trocas mercantis, apropriações e invenções culturais, trajetórias históricas e estratégias de comunicação encontraram nesses espaços um campo fértil de desenvolvimento. Não esqueçamos que partimos do princípio que a maioria de nossos estudantes chega às universidades não sabendo muita “coisa” sobre a África. Neste caso, é muito provável que tenham em suas mentes velhas referências que resumiam os africanos à seguinte definição: eram negros, divididos em bantos ou sudaneses, e ponto final. A África figurava assim como um continente amorfo e simplório. Dirigir o olhar dos aprendizes de professores para as múltiplas faces africanas parece ser salutar remédio para essa cegueira momentânea.

E, em segundo lugar, abordar cada região especificamente, e evitar um enfoque generalizante e reducionista sobre toda a África, nos parece ser didaticamente mais coerente. Além de treinar ou sensibilizar os olhares de nossos estudantes para a pluralidade africana, facilitamos o trabalho em sala de aula ou nas investigações. Se no estudo sobre a História Contemporânea da África o enfoque recai muitas vezes na trajetória de seus Estados Nacionais (Angola, Zimbábue, Nigéria, África do Sul etc.), o mesmo, obviamente, não ocorre na pesquisa sobre a África no período anterior ao século XIX. Não estou afirmando que estudos de

caso ou recortes específicos não ocorram. Eles, talvez, formem a grande maioria das pesquisas. Apenas aponto na direção de que devemos utilizar alguns marcos (África Ocidental, África Central, África Oriental) para orientar a leitura de textos, a abordagem de características estruturais, e, por fim, as investigações sobre o continente. Diferentemente do que pensavam alguns historiadores do século XIX e início do XX, o continente africano é marcado por intensa diversidade, o que não impede de projetarmos possíveis conjuntos histórico-culturais-geográficos com pontos de proximidade.

O historiador Alberto da Costa e Silva opta por uma divisão em quatro regiões, no que diz respeito à África subsaariana, fundindo o que no Mapa 1 seriam a África Norte-Oriental, Oriental e Central-Oriental em uma só área, chamada de *África Oriental*, e intitulando a África Central-Ocidental de *África Central*. Ele também estabelece uma subdivisão de alguns dos atuais países africanos dentro dessas quatro regiões: *África Ocidental*: Mauritânia, Senegal, Gâmbia, Mali, Guiné-Bissau, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa-do-Marfim, Burkina-Faso, Gana, Togo, Benin, Nigéria e Níger; *África Central*: Camarões, Chade, República Centro-Africana, Guiné-Equatorial, Gabão, Congo, República Popular do Congo, Angola e Zâmbia; *África Oriental*: Sudão, Etiópia, [Eritréia], [Djibuti], Somália, Quênia, Uganda, Ruanda, Burundi, Tanzânia, Maláwi, Moçambique e Madagascar; e *África Meridional*: Zimbábue, Namíbia, Botswana, África do Sul, Lesoto e Suazilândia (1996:17). Para abranger a todos os 54 países acrescentemos a *África do Norte*: Egito, Líbia, Tunísia, Argélia, Marrocos e Saara Ocidental; a *África Insular Atlântica*: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe; e a *África Insular Índica*: Comores, Ilhas Maurício e Ilhas Seychelles.

Alguns dos principais Atlas sobre a História e Geografia da África também seguem uma divisão parecida com esta, apreciando os países dentro de cada conjunto regional, como é o caso do *Atlas National Geographic África* (2005).

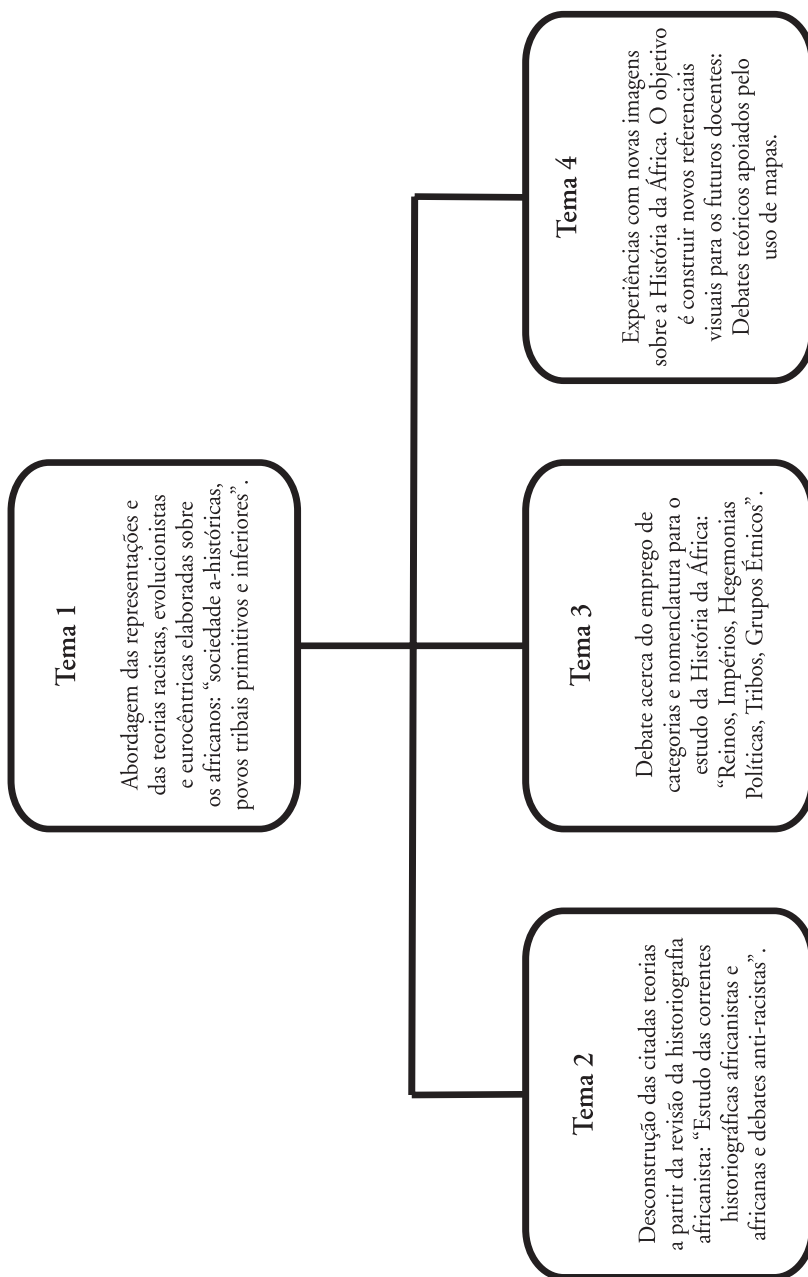
A África entre civilizações, formações políticas e sociedades. O cuidado com os conceitos.

Normalmente, quando apresento o programa da disciplina História da África para os alunos, revelo que certos temas receberão maior atenção,

enquanto outros irão figurar apenas como pano de fundo, ou nem serão tratados. Para justificar minhas escolhas procuro sinalizar para algumas questões teóricas de ordem historiográfica/conceitual e para a abordagem de algumas sociedades, formações políticas, civilizações, espaços e temporalidades que acredito serão elementos de síntese da história africana. Acredito também que outros especialistas em História da África talvez encontrem diferentes soluções e apresentem diversos argumentos para justificar os recortes temáticos e temporais eleitos para serem abordados em seus cursos. Posturas que devem ser respeitadas. Porém, apesar de não passar de opções um tanto arbitrárias, as minhas escolhas de conteúdos, ou as dos outros professores, devem sempre estar cercadas pelos critérios científicos e pela revisão da literatura africanista, tanto dos trabalhos recentes como dos estudos considerados clássicos acerca da História da África. Ou seja, quaisquer que sejam as sociedades ou assuntos estudados é preciso que façamos o obrigatório exercício de apresentar as principais investigações e debates teóricos elaborados sobre as respectivas temáticas, e, acima de tudo, que convençamos nossos estudantes de que esses são objetos de relevância histórica.

Apesar de concordar plenamente com a liberdade da seleção dos conteúdos defendendo a necessidade de que nos encontros inaugurais nos preocupemos em instrumentalizar os estudantes no “manejo” de certas categorias e concepções teóricas, o que permitirá o bom desenvolvimento de nossas disciplinas. É preciso que em seus contatos com as fontes primárias ou com a literatura africanista, eles estejam em condições de filtrar e contextualizar as influências de cada época e de aplicar e diferenciar os conceitos e modelos comumente empregados pelos pesquisadores. Abordar a construção/revisão das teorias racistas, evolucionistas e eurocêntricas elaboradas sobre os africanos e contextualizar o uso de certas nomenclaturas deveriam ser pontos comuns das matérias que tratassem da História da África.

As próximas páginas serão dedicadas ao debate de alguns desses pontos. Para facilitar o acompanhamento de nossa iniciativa formulamos um pequeno esquema que pode ser utilizado em algumas aulas introdutórias. Lembramos que não é um modelo, mas sim uma tentativa de explicitar uma das possibilidades de abordar o tema.



Falando de um tempo em que os africanos representavam a transição entre os “anthropoides” e os seres humanos

“Abundam os documentos que nos mostram no negro um typo anthropologicamente inferior, não raro próximo do anthropoide, e bem pouco digno do nome de homem” (Martins, 1905: 88). Essa idéia, expressa nos escritos de um dos principais ideólogos do colonialismo português em África do início do último século, mesmo que não tomada em um sentido geral, revela um das posturas mais recorrentes da intelectualidade europeia do período que se estende dos meados do século XIX até as décadas de 1930 e 1940. Entre um denso conjunto de argumentos que excluía os africanos da trajetória histórico-cultural da humanidade, as teorias de que as sociedades, na África subsaariana, seriam a-temporais e a-históricas eram as mais compartilhadas pelos historiadores. De acordo com esse pressuposto teórico a ausência de escrita e os padrões culturais dos povos do continente, ditos tradicionais e inferiores, delegariam ao continente uma posição sem importância na História. Só com a ocupação europeia o movimento histórico teria sido iniciado, sendo, portanto, a História dos europeus em África, o único objeto de investigação para os historiadores (Difúila, 1995 e Curtin, 1982).

Um dos sustentáculos principais dessa visão era o argumento de que os africanos seriam incapazes de construir grandes civilizações ou de elaborar qualquer tipo de padrão tecnológico/intelectual/organizacional sofisticado. Às afirmações históricas somavam-se as investigações antropológicas, que serviriam como justificativa científica da ação colonizadora europeia. Ao confirmar a “inferioridade” das sociedades africanas, os antropólogos reforçavam a retórica utilizada pelos defensores da dominação de que a presença europeia em África seria de caráter humanitário e civilizador. Resultado direto desse raciocínio foi o recurso freqüente à denominação de “primitivos”, “selvagens” ou de “tribais” para referir-se às sociedades encontradas no continente. Homogeneizados e simplificados, os africanos, eram tratados como iguais entre si e inferiores em relação aos europeus (Henriques, 2004).

De acordo com essa lógica não seria nada espantoso lembrar que, nos estudos sobre a História Geral ou História das Civilizações, os escritores

simplesmente ignorassem a África Subsaariana, afirmando que ali não teria existido qualquer formação que se aproximasse estruturalmente dos reinos, impérios e civilizações formatados na Europa ou no Oriente. Além disso qualquer referência a expressões políticas mais organizadas eram imediatamente associadas a algum grupo “branco” – europeu, árabe ou do médio Oriente – que tivesse dado sua contribuição aos africanos. Nesse caso, os povos “primitivos” e “selvagens” do continente não teriam condições de – sozinhos – construir grandes cidades ou de elaborar padrões artísticos e arquitetônicos que pudessem ser admirados pelos ocidentais (Lopes, 1995:23; Mudimbe, 1988:45).

Tais concepções, associadas ao descaso pela História da África, que caracterizou por muito tempo grande parte de nossa historiografia, fizeram com que a trajetória histórica do continente africano praticamente não fosse ensinada nas escolas. Muitas vezes ignorada ou simplesmente fundida aos estereótipos – como, por exemplo, a reprodução no imaginário de alunos e professores de uma África que se confundia apenas com o “local de onde vinham os escravos para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar ou nas minas” – a história africana não aparecia nos programas escolares e nem nos livros didáticos. De certa forma, essa é a imagem que grande parte dos alunos que chegam às nossas graduações carrega sobre a África.

A África no centro da História

Para modificar tais posturas mentais seria importante apresentar nas aulas de História da África parte dos estudos e teses elaborados por vários intelectuais africanos e africanistas na segunda metade do século XX. Fazemos referência principalmente a aqueles que antes, durante e após os processos de independência em África elaboraram vários trabalhos que objetivavam revelar uma história africana marcada pela autonomia inventiva e pela complexidade política/social/cultural, justamente para combater o imaginário preconceituoso existente acerca da história africana (sobre o debate historiográfico ver Birmingham, 1995; Curtin, 1982; Difuiła, 1995; Diop, 1987; e Lopes, 1995). A constante citação

das hegemonias políticas africanas,¹³ das complexas organizações sociais e de prósperas civilizações eram pontos em comum em quase todos os textos escritos sobre a África no citado período. A maioria desses autores buscava comprovar a existência de uma rica trajetória histórica e de um quadro diversificado de formações sócio-econômicas espalhadas pelo continente (ver Mapa 2).

Embora esses dados sejam hoje incontestáveis, e tenham inquietado aos racistas em todo o mundo, eles serviram como argumento para a formulação de uma História afrocêntrica que supervalorizava o argumento de que os africanos não só tinham história, mas de que a África seria o berço da humanidade e das primeiras e mais prósperas civilizações humanas (Ki-Zerbo, 1979:9-43; Lopes, 1995).

O uso movidamente ideológico das teses defendidas, a transferência, sem nenhum instrumento adaptativo, das categorias e modelos que regiam a historiografia européia para as explicações acerca das experiências africanas, associadas muitas vezes à ausência de pesquisas científicas para comprovar parte das afirmações realizadas, iriam caracterizar muitos dos trabalhos divulgados neste período. É evidente que não foram todos os intelectuais que submergiram a essa onda ideológica e, por reconhecimento as suas posturas, marcadas por grande rigor científico e seriedade intelectual, citaremos um pequeno grupo que se destacou pelas investigações realizadas: Anta Cheik Diop, Joseph Ki-Zerbo, Théophile Obenga, Sekone Cissonko, Basil Davidson entre outros¹⁴ (Lopes, 1995: 24-7 e Wedderburn, 2005: 136-140).

Voltando aos nossos historiadores ideólogos, parecia que era claro o esforço em concretizar o argumento de que a África era um continente que deveria ter sua história enaltecida pelo fato de ter conhecido, em seu próprio seio, o desenvolvimento de grandes impérios e reinos que não deixariam nada a dever às formações européias. Parece-nos um pensamento – não o da existência das chamadas hegemonias políticas africanas, mas o da apropriação indevida dos valores eurocênticos – tangido por alguns equívocos, ainda mais quando mergulhado em uma substância ideológica.

de que as sociedades africanas se resumiam aos dois grandes conjuntos populacionais de sudaneses e bantos ou de que eram a-históricas. Mas também, não faremos uso da retórica que espalhava aos quatro ventos que a África era importante pelo fato de suas características históricas serem parecidas ou superiores às européias.

Em busca de uma visão equilibrada, o cuidado com os conceitos

Quando formos apresentar aos alunos as formações políticas africanas ou a existências das milhares de sociedades que habitavam(am) à África, devemos levar em consideração um importante aspecto: o cuidado com a aplicação de modelos, categorias ou conceitos. Apesar de não existir qualquer interdição veemente com relação ao uso de termos como *reino* e *império* para designar às estruturas políticas africanas, é preciso contextualizar o seu emprego para as conjunturas históricas em África.

Que fique claro que não somos contra a citação ou estudo dessas formações políticas ou das grandes civilizações africanas. Elas podem e devem ser abordadas, pois possibilitam a construção de novos referenciais teóricos e imagéticos acerca da África por parte dos futuros professores de História. No entanto, o que não pode passar despercebido, além do esquecimento de outros contextos históricos também importantes¹⁵ é que façamos referência a essas experiências políticas sem que alertemos – com alguns minutos de contextualização e reflexão historiográfica – para o fato de não estarmos falando das mesmas configurações e estruturas que caracterizaram os reinos e impérios europeus ou asiáticos. Não ignoramos a existência em África de organizações políticas ou sociais com semelhanças às de outras partes do globo, mas é preciso que se demonstre e enfatize suas singularidades e especificidades. Se haviam algumas sintonias, as diferenças também eram evidentes.

De acordo com historiador congolês Elikia M'Bokolo, podemos fazer uso de outras categorias para definir essas estruturas e configurações políticas em África, como, por exemplo, a de “hegemonias políticas”. O conceito empregado nessa definição é muito semelhante ao elaborado pelo antropólogo francês Jean-Loup Amselle, chamado de “sociedades englobantes” (1999: 11-47). Ele envolve a perspectiva de que as relações

de poder estabelecidas não se prendiam à questão das fronteiras fixas e da imposição de controle essencialmente centralizado. Os mecanismos das trocas comerciais, o pagamento de tributos, os movimentos de reciprocidade, os graus variados de autonomia e os laços de parentesco poderiam estar envolvidos como variantes chaves dessas formações (ver M'Bokolo, 2003:154-162). Dessa maneira, a França de Luís XIV, não era o Mali de Sundiata Keita, assim como o Reino dos Francos não guarda relação de identidade ou de proximidade absoluta com o Reino de Oyo.

O mesmo alerta serve para a designação das sociedades africanas, que não se organizavam em estados, como *tribais*. Tal denominação, encontrada comumente nos meios de comunicação, nas escolas e no imaginário social brasileiro, desconsidera um intenso debate acerca da utilização dessa categoria – *tribal* – pelas Ciências Sociais e Humanas (Southall, 1997:38-51 e Davidson, 1994:141-145). Diante do grande suporte que as pesquisas antropológicas e históricas já deram sobre o assunto, insistir nessa forma de se referir às sociedades da África não encontra mais uma aceitável justificativa. Sua recorrência sinaliza para uma continuidade das idéias divulgadas pelas teorias que defendiam a suposta inferioridade dos povos africanos perante os europeus, já que, *tribo*, aparece na literatura colonialista com o significado oposto ao de civilização. Ou seja, o termo designaria os grupos “selvagens e primitivos”, portanto, inferiores às sociedades ou às civilizações ocidentais (Henriques, 2004:51-60; Appiah, 1997:155-192).

Muitos professores e alguns autores de livros didáticos, temendo incorrer nesse equívoco, passaram a chamar os grupos que não possuíam formações estatais, ou que não eram incorporados pelos grandes “reinos” e “impérios”, de *nações e países*. Existe aí o mesmo problema. Não que esses termos não possam ser aplicados no entendimento da África – como têm feito boa parte da historiografia. Porém, se forem utilizados nas escolas ou com alunos em formação universitária inicial, devem ser contextualizados.

Por exemplo, ao afirmar que determinado grupo africano, como os iorubás, compunham uma nação ou um país, os professores não devem esquecer que, se nos relatos históricos ou estudos historiográficos encontramos esses termos revestidos de sentidos específicos e claramente diferenciados pelos pesquisadores,¹⁶ para os alunos, embebidos dos signi-

ficados atuais dessas categorias, seria como se falássemos das configurações ou organizações contemporâneas. A Nigéria de hoje é um país, mas os iorubás do século XIX não formavam nada parecido com um país, pelo menos na acepção atual do termo. Ou seja, não criticamos o uso contextualizado do conceito, como boa parte dos historiadores faz. Também não ignoramos o fato de que os cronistas ou viajantes, dos séculos XV ao XIX, o utilizavam livremente em sua tentativa de dar sentido, a partir de suas grelhas e referências européias, àquilo que viam em África. Mas é justamente essa historicidade, marcada por diversos significados ou sentidos, que nos obriga a fazer um uso comedido e justificado de algumas expressões. Se, nos relatos históricos, encontramos nomenclaturas como *país* ou *nação* – o que é freqüente, como foi dito – isso não significa que elas sejam exatamente o que alunos e os professores entendam por esses termos nos dias atuais (Thornton, 2003:255-263).

Parece-nos que uma forma de minimizar o problema é utilizar como referência a nomenclatura *sociedade* ou levar para debate em sala a questão da identidade étnica. Se grande parte das sociedades africanas, organizadas ou não em estados, era formada por diversos grupos é preciso dar visibilidade e faces próprias a esse complexo conjunto de povos. Acreditamos que o debate acerca da etnicidade se torne vital a essa tarefa, mesmo sabendo que o mesmo não está imune às críticas e aos problemas.

Neste caso, compete lembrar que, em um recorte envolvendo os debates acerca dos critérios de identificação utilizados nos últimos dois séculos, encontramos várias referências e tentativas de definir as fronteiras classificatórias e definidoras das sociedades e povos. Entre meados do século XIX e as primeiras décadas do XX, seriam as características biológicas o fator principal para designar e qualificar um grupo humano. Esse juízo foi substituído, a partir dos anos 1930-1940, pelos padrões culturais. Porém, nenhum desses critérios parecia ser suficientemente completo para dar conta das complexidades e flexibilidades que envolviam as formulações de classificação ou identificação das sociedades.

Há alguns anos os cientistas sociais trabalham com alguns instrumentos teóricos mais flexíveis para estabelecer a identificação das sociedades. Falamos da identidade construída a partir dos critérios de auto-declaração e da adscrição, ou seja, um grupo é identificado como X ou Y por se considerar e ser considerado pelas sociedades em contato com ele como tal

(Poutignat & Streiff-Fenart, 1998:55-84; Barth, 1969:129). Este modelo, de mais completa aplicação e também com alguns pontos críticos – como a crítica de que seriam empregados nesse caso os mesmos sentidos da antropologia colonialista –, possibilita o entendimento de que os grupos elaboram ou se apropriam constantemente de novos elementos culturais e reinventam suas identidades com grande frequência.

Um claro exemplo desse comportamento foi comentado pelo filósofo africano Kwame Appiah ao tratar da própria identidade *africana*. De acordo com seus apontamentos ela foi inventada pelos agentes externos à África e só começou a ser incorporada pelas populações do continente a partir do final do século XIX. Quando isso ocorreu, apesar dela conceder alguma uniformidade aos povos africanos, as suas múltiplas especificidades continuaram a ser valorizadas e a demarcar claras fronteiras entre alguns grupos. Ao mesmo tempo, a construção das identidades nacionais englobantes – angolanos, sul-africanos, nigerianos etc. – e da identidade continental – africanos – não foram instrumentos de extermínio das identidades grupais, apesar do esforço de alguns líderes estatais ou ideólogos africanos nesse sentido. Dessa forma a identidade *africana* apenas adquiriu força quando sua formulação inicial foi modificada e apropriada pelos próprios indivíduos ou pelas coletividades que habitavam o continente (Appiah, 1997:243-246).

Parece-nos que um adequado debate e uma razoável apresentação aos estudos africanos devam passar, mesmo que superficialmente, por essas questões. Reorganizar definições, aplicar as perspectivas do relativismo cultural, atentar para os anacronismos e imprecisões históricas são bons exercícios para nossos estudantes de graduação, ainda mais pelo fato de poderem ser reproduzidos em suas futuras aulas nas escolas.

Considerações Finais

Percorridos esses breves apontamentos acredito ter dedicado um pouco mais de atenção à pergunta elaborada por aquele grupo de estudantes de História. Espero também que todos aqueles que se dedicarem à leitura do artigo entendam que ele não é um exercício fechado, muito menos definitivo. Ele possui limitações e pontos a serem polemizados, discutidos, criticados e refeitos. Essa foi minha maior intenção. Não é esse o exercício que devemos realizar cotidianamente em nossas salas de aula?

No que diz respeito ao panorama que ocupou a primeira parte do texto alerta para a velocidade das mudanças. Esforcei-me para contemplar todas as experiências e iniciativas levadas a cabo nos últimos meses. Porém, sei que algumas foram esquecidas ou não foram localizadas. Desculpo-me com essas instituições, pesquisadores e professores. Além disso, registro o fato de que, se muito tem sido feito, muito ainda está por se realizar.

Com relação à segunda parte do artigo espero que tenha sido claro o suficiente para transmitir a mensagem de que é “obrigatório”, nas aulas introdutórias, criar condições para que nossos futuros docentes identifiquem e superem as armadilhas teóricas e os argumentos que lançam sobre a África um olhar pejorativo. Parte fundamental desse exercício consiste na revisão da historiografia africana e africanista e no uso adequado dos conceitos e categorias empregados nos estudos sobre a África. A associação entre a leitura dos textos e o uso de imagens e mapas são instrumentos frutíferos nesses contatos iniciais com a história africana.

É preciso perpetuar o paciente trabalho de reconstrução das referências históricas e imagéticas que nossos alunos carregam acerca da África. Reconheço que nem todos os especialistas nas temáticas africanas irão concordar com meus argumentos. Isso é bom. Que possam reunir esforços para apresentar propostas e novas perspectivas, como alguns têm feito de forma muito competente. Todos sabem que tal esforço é vital para o pensamento científico.

Porém, acima de tudo, fica a expectativa de que o momento vivido em relação ao Ensino da História da África tenha longa vida, e, que nos permita, em um futuro não muito distante, pensar e enxergar a África com outros olhares, menos sobrecarregados de estigmas e preconceitos. Que a África ocupe sua posição ao lado dos outros continentes no esforço de compreender e investigar a trajetória e as realizações da humanidade. Inclusive nas escolas.



NOTAS:

1. Realizaram-se, como levantamento inicial para pesquisa de doutorado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, um conjunto de entrevistas e a aplicação de questionários para professores de História de algumas escolas da Rede Pública e Privada de Ensino no Distrito Federal. Os dados foram sistematizados e serão apresentados na Tese de Doutorado.
2. No doutorado desenvolvo pesquisa que analisa o tratamento concedido à História da África em livros didáticos angolanos, brasileiros e portugueses. Das cerca de quarenta coleções de livros brasileiros utilizados no Ensino Fundamental (5^a a 8^a série), apenas onze possuíam capítulos que concediam à África um enfoque exclusivo.
3. Ver dados no site do INEP, <http://www.inep.gov.br/superior/provao/default.asp>, acessado em julho de 2005.
4. Para chegarmos a esses dados fizemos uso de dois instrumentos de pesquisa: as informações disponibilizadas pelo MEC, acerca dos cursos avaliados no último Exame Nacional de Cursos (Provão) realizado em 2003, e uma extensa busca pelas grades horárias disponibilizadas por essas instituições em suas páginas da internet. Temos a clara noção das possíveis imprecisões que esse tipo pesquisa pode guardar, pois alguns sites não estavam atualizados, outros incluíam a disciplina na grade de disciplinas optativas, mas nunca a ofertaram, e, por fim, alguns sites estavam indisponíveis. Apesar disso, a ferramenta utilizada não pode ser desprezada, e ao longo da pesquisa de doutorado iremos procurar complementar as informações coletadas com outros bancos de dados.
5. Em 1986, a disciplina História da África, passou a figurar no currículo compulsório para os alunos. Porém, alguns anos depois, voltou para a lista de optativas. Ver Saraiva (1995:125-136).
6. Pesquisa desenvolvida por Denise Dias Barros, USP, Acácio Almeida e Talita Vecchia, Casa das Áfricas, com o título *Teses e Dissertações sobre o continente africano em instituições brasileiras*, apresentada no VII Congresso Nacional da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos do Brasil, realizado na Universidade de Brasília em 2004.
7. Congressos como o Luso-Afro-Brasileiro, realizado a cada dois anos em países de língua portuguesa, ou os da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos do Brasil, têm revelado um acentuado crescimento de pesquisas elaboradas sobre o continente africano. No caso dos Programas

de Pós-Graduação encontramos alguns bons focos de formação como na Universidade de São Paulo, na Universidade de Brasília e na Universidade Federal Fluminense, entre outros.

8. O CNPq lançou edital no final de 2005 para financiamento para “Propostas de Desenvolvimento de Atividades de Cooperação Científica e Tecnológica, no âmbito do Programa de Cooperação em Matéria de Ciências Sociais para os Países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Programa Ciências Sociais-CPLP)”, no total de R\$ 400 mil. Ver Edital 059-2005 (www.cnpq.gov.br).
9. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos / Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da UFBA. Ver <http://www.posafro.ufba.br/>.
10. Ver, no caso da UFES <http://www.neaad.ufes.br/>; já para o curso oferecido pelo Centro Universitário de Campo Grande, <http://www.unaes.br/extensao/>; para a PUC de Campinas, www.puc-campinas.edu.br/; e do curso da Ágere Cooperação em Adovacy www.ensinoafrobrasil.org.br/portal/.
11. Não existe um consenso sobre essa divisão. Apresentamos aqui algumas possibilidades abertas pelo tema: a do mapa, com sete áreas, e a elaborada por Alberto da Costa e Silva, com quatro espaços, que, no entanto, podem ser compatibilizadas, como veremos.
12. Parece evidente que a longa presença temporal das sociedades humanas em África, com suas dinâmicas e trajetórias, impossibilita qualquer esquematização absoluta de identificação das afinidades e características encerradas em um determinado sítio.
13. A definição desse conceito encontra-se nas páginas seguintes.
14. A princípio não temos críticas potenciais a todos os historiadores do período, pelo menos com relação ao citado grupo de historiadores e pesquisadores. Eles compõem um grupo diferenciado e de enorme relevância para a construção e difusão da História da África. Porém, outros historiadores conduziram suas pesquisas e escritos a partir de perspectivas ideológicas e tendenciosas (ver Wedderburn, 2005:136-140).
15. O que causa uma leitura distorcida de certas sociedades africanas e divulga a perspectiva de que os “pequenos” grupos não possuem relevância alguma.
16. Ver as obras de M’Bokolo (2003) e Thornton (2003).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

O ensino da História da África

- DEVISSE, J. (1994). “Etnocentrismos: como ensinar História em África?”. *Recherche Pédagogie et Culture*, nº 46, Mars-Avril, 1980. *Revista Contacto*, Maputo.
- HERNANDEZ, Leila (2005). *A África na sala de aula*. São Paulo, Selo Negro.
- LIMA, Mônica (2004). “A África na Sala de Aula”. *Nossa História*, Ano 1, nº 4, fevereiro, pp. 84-86.
- MATTOS, Hebe Maria (2003). “O Ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil”. In Abreu, Martha e Soihet, Rachel, *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra/FAPERJ, pp. 127-136.
- OLIVA, Anderson R. (2003). “A História da África nos Bancos Escolares: representações e imprecisões na literatura didática”. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, nº 3, set./dez., pp. 421-462.
- ____ (2004a). “A África, o imaginário Ocidental e os livros didáticos”. In Pantoja, Selma & Rocha, Maria José (orgs.), *Rompendo silêncios: História da África nos currículos da educação básica*. Brasília, DP Comunicações.
- ____ (2004b). “A África, o imaginário Ocidental e os manuais escolares: representações e imprecisões sobre os africanos nos livros de História em Angola, Portugal e no Brasil”. *Anais do VII Congresso Nacional da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos do Brasil*. Brasília, UnB.
- PANTOJA, Selma & ROCHA, Maria José (orgs.) (2004). *Rompendo silêncios: História da África nos currículos da educação básica*. Brasília, DP Comunicações.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE (2005). *Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03*. Brasília, MEC; Secad.
- WEDDERBURN, Carlos Moore (2005). “Novas bases para o ensino da História da África no Brasil”. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03*. Brasília, MEC; Secad, pp. 133-166.

REFERÊNCIAS GERAIS

- ALMEIDA, Acácio & BARROS, Denise Dias (2004). “Teses e Dissertações sobre o continente africano em instituições brasileiras”. *Anais do VII Congresso Nacional da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos do Brasil*. Brasília, UnB.
- AMSELLE, Jean-Loup & M’BOKOLO, Elikia (1999). *Au coeur de l’ethnie: ethnie, tribalisme et État em Afrique*. Paris, La Découverte.
- ANJOS, Rafael Sanzio (2002). “A África, a geografia, o tráfico de povos africanos e o Brasil”. *Revista Palmares em Ação*, vol. 1, p. 56-66.
- APPIAH, Kwame Anthony (1997). *Na casa de meu pai*. Rio de Janeiro, Contraponto.
- ARAÚJO, Kelly Cristina (2003). *Áfricas no Brasil*. São Paulo, Scipione.
- ATLAS NATIONAL GEOGRAPHIC (2005). Madri, National Geographic Society.
- BARTH, Fredrick (1969). *Ethnic groups and boundaries*. Boston, Little Brown and Co.
- BIRMINGHAM, David (1982). *A África Central até 1870*. Luanda, ENDIPU/UEE.
- BIRMINGHAM, David (1995). “History in Africa”. *Colóquio Construção e Ensino da História de África*. Lisboa, Linopazes, pp. 31-50.
- BITTENCOURT, Marcelo (1999). *Dos jornais às armas. Trajetórias da contestação angolana*. Lisboa, Vega.
- BITTENCOURT, Marcelo (2004). “Possibilidades e dificuldades da pesquisa em temas africanos”. In Pantoja, Selma & Rocha, Maria José (orgs.), *Rompendo silêncios: História da África nos currículos da educação básica*. Brasília, DP Comunicações.
- BOAHEN, A. Adu. (org) (1991). *História Geral da África, vol. VII: A África sob dominação colonial, 1880-1935*. São Paulo, Ática/UNESCO.
- BORGES, Edson (2001). *Moçambique: cultura e racismo no país do Índico*. Rio de Janeiro, Academia da Latinidade.
- BOULOS, Alfredo (2002). *Os africanos e seus descendentes no Brasil*. São Paulo, FTD.
- CANEPA, Beatriz & OLIC, Nelson Bacic (2004). *África: terra, sociedades e conflitos*. São Paulo, Moderna.

- COSTA e SILVA, Alberto (1996). *A enxada e a lança. A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- COSTA e SILVA, Alberto (2002). *A manilha e o Libambo. A África e a escravidão, 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- COSTA e SILVA, Alberto (2003). *Um rio chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- COSTA e SILVA, Alberto (2004). *Francisco Félix de Souza, o mercador de escravos*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, EdUERJ.
- CURTIN, P. D. (1982). “Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral”. In Joseph Ki-Zerbo (org.), *História Geral da África, vol. I*. São Paulo, Ática/Paris, Unesco.
- D’AMORIM, Eduardo (2003). *África, essa mãe quase desconhecida*. São Paulo, FTD.
- DAVIDSON, Basil & BUSH F. K. (1966). *A History of West Africa*. Garden City, N.Y., Doubleday & Co.
- DAVIDSON, Basil (1981). *A descoberta do passado de África*. Lisboa, Sá da Costa.
- DAVIDSON, Basil (1994). *The search for Africa. A History in the making*. Londres, James Curvey.
- DIFUILA, Manuel Maria (1995). “Historiografia da História de África”. *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História de África*. Lisboa, Linopazas, pp. 51-56.
- DIOP, Cheikh Anta (1987). *L’Afrique Noire Pre-Coloniale*. Paris, Presence Africaine.
- DÖPCKE, Wolfgang (org.) (1998). *Crises e Reconstruções*. Brasília, LGE.
- DORIGO, Gianpaolo & VICENTINO, Cláudio (1999). *História do Brasil*. São Paulo, Ática.
- FAGE, J. D. & OLIVER, Roland (1980). *Breve História da África*. Lisboa, Sá da Costa.
- GILROY, Paul (2001). *O Atlântico negro*. Rio de Janeiro, UCAM/Editora 34.
- GRANDES IMPÉRIOS E CIVILIZAÇÕES (1995). São Paulo, Publicações Don Quixote.
- HAGGARD, H. Rider (2003). *Ela, o mistério no coração da África*. São Paulo, Scipione.
- HENRIQUES, Isabel Castro (2004). *Os pilares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV-XIX*. Lisboa, Caleidoscópio.

- HERNANDEZ, Leila Leite (2002). *Os filhos da terra do sol. A formação do Estado-nação em Cabo Verde*. São Paulo, Summus/Selo Negro.
- HORTA, José da Silva (1991). *A representação do africano na literatura de viagens, do Senegal a Serra Leoa (1453-1508)*. *Mare Liberum*, nº 2, Lisboa, pp. 209-339.
- HORTA, José da Silva (1995). “Entre história europeia e história africana, um objecto de charneira: as representações”. *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Lisboa, Linopazes.
- IBAZEBO, Isimeme (1997). *Explorando a África*. São Paulo, Ática.
- KI-ZERBO, Joseph (1982). *História geral da África: metodologia e pré-História da África. vol. IV*. São Paulo/Paris, Ática/UNESCO.
- KI-ZERBO, Joseph (1979). *História da África negra*. II vols. Lisboa, Europa América.
- LOPES, Carlos (1995). “A Pirâmide Invertida – historiografia africana feita por africanos”. *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Lisboa, Linopazes.
- LOVEJOY, Paul E. (2002). *A escravidão na África: uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- M’BOKOLO, Elikia (2003). *África negra. História e civilizações. Até ao Século XVIII*. Lisboa, Vulgata.
- MARTINS, Oliveira Joaquim Pedro (1905). *O Brasil e as colônias portuguesas*. Lisboa, s.e.
- MOKHTAR, G. (org.) (1983). *História geral da África, vol. II: A África antiga*. São Paulo/Paris, Ática/UNESCO.
- MUDIMBE, V. (1988). *The invention of Africa*. Bloomington, Indianapolis, Indiana University Press.
- OLIVER, Roland (1994). *A experiência africana*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora.
- PANTOJA, Selma (2000). *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília, Thesaurus.
- PANTOJA, Selma (org.) (2001). *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília, Paralelo 15.
- PANTOJA, Selma & SARAIVA, Flavio (orgs.) (1999). *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil.
- POUTIGNAT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne (1998). “O que é um grupo étnico?”. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo, Editora da UNESP, pp. 55-84.

- SARAIVA, José Flávio Sombra (1995). “África, Brasil e Portugal: vinculação histórica e construções discursivas.” *Colóquio construção e ensino da história de África*. Lisboa, Liopazes, pp. 125-136.
- SARAIVA, José Flávio Sombra (1996). *O Lugar da África*. Brasília, EdUnB.
- SOUTHALL, Aidan W. (1997). “The illusion of tribe”. In Grinker, Roy Richard & Steiner, Christopher B., *Perspectivas on Africa: a reader in culture, history e representation*. Oxford, Blackwell Publishing.
- STENOÛ, Katérina (1998). *Images de l'autre: la différence du mythe au préjucé*. Paris, Seuil.
- THONRTON, John (2003). *A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro, Campus.
- TIME ATLAS OF THE WORLD HISTORY (1995). In *Folha de S. Paulo*. São Paulo.